

**“NOS SALGUEIROS PENDURAMOS NOSSAS HARPAS”
(SI 137,2):
O EXÍLIO BABILÔNICO**

*Jair Carlesso**

Resumo

As migrações são uma realidade complexa e de múltiplas causas. Assim como elas fazem parte da história brasileira, o mesmo ocorre em relação à história de Israel, registradas desde seus primórdios. Situado entre o Egito e a Mesopotâmia, Israel sempre conviveu com migrantes. A presença de estrangeiros em terras israelitas foi uma realidade contínua e a fome foi uma das principais causas das migrações bíblicas. Por isso a grande atenção da Sagrada Escritura para com os estrangeiros, a ponto de exigir amá-los como a si próprios (Lv 19,34). O exílio babilônico rompeu com uma trajetória de Israel. Com as deportações, Israel tornou-se migrante, não apenas em terras estrangeiras, mas também em sua própria pátria. A concepção pós-exílica de Israel ser um povo santo e consagrado ao Senhor foi rompendo com os estrangeiros, passando a considerá-los impuros, com os quais deveriam evitar relações.

Palavras-chave: Migração. Exílio. Deportações. Estrangeiro. Identidade.

Abstract

Migration is a complex and multi-causal reality. Just as they are part of Brazilian history, the same is true about the history of Israel, recorded since its earliest days. Set between Egypt and Mesopotamia, Israel has always lived with migrants. The presence of foreigners on Israeli lands was a continuous reality and hunger was a major cause of biblical migration. Hence the great attention of Sacred Scripture to foreigners, to the extent of demanding love them as themselves (Lv 19:34). The Babylonian exile broke with a trajectory of Israel. With the deportations, Israel became a migrant, not only in foreign lands, but also in its own homeland. The

* Presbítero da Diocese de Erechim/RS, Mestre em Teologia Bíblica, professor de Antigo Testamento na Itepa Faculdades, Passo Fundo/RS, e no Instituto de Teologia Paulo VI, Pelotas/RS.

post-exilic conception of Israel being a holy people and consecrated to the Lord was breaking with the foreigners, considering them impure, with which they should avoid relations.

Keywords: *Migration. Exile. Deportations. Foreign. Identity.*

Introdução

As migrações constituem uma realidade constante na história da humanidade. Fluxos migratórios ocorrem desde tempos remotos. As razões dos deslocamentos são diversas, dependendo das realidades contextuais. Atualmente, “as migrações são classificadas basicamente como forçadas ou espontâneas”¹, havendo em torno de “200 milhões de pessoas movendo-se pelo mundo” em busca de “novas alternativas de vida, novos lugares de pertença, novas conexões, novas estruturas de relações e de ‘mera’ sobrevivência”². Ao mesmo tempo, em muitos países processa-se um clima contrário e de criminalização dos imigrantes. Além das necessidades que os levam a migrar, a ilegalidade, o desamparo e a insegurança tornam-se grandes dramas em suas vidas.

As migrações apresentam-se, no contexto atual, como um fenômeno extremamente complexo. Não era muito diferente nos tempos bíblicos, pois a Sagrada Escritura relata inúmeras realidades migratórias. Sendo portadora da Palavra de Deus para nós, o que ela tem a dizer sobre esta realidade? Como, hoje, diante dos complexos problemas relacionados às migrações, a Bíblia pode ser luz e fomentar esperança? Diante disto, resgatamos a realidade migratória dos contextos de origem da Bíblia, dando destaque para as suas causas; procuramos compreender sua postura em relação aos estrangeiros e analisamos o exílio babilônico, acontecimento-chave da realidade migratória de Israel.

1. A migração na Bíblia

A Bíblia registra movimentos migratórios já nas primeiras páginas, desde os primórdios da história de Israel. “Israel foi migrante em toda sua existência. Suas migrações nunca foram voluntárias; na maioria das vezes, foram fruto da pressão política dos países dominantes de cada era”³. Os motivos são muitos, dependendo das circunstâncias.

1. CORRÊA, Mariana A. S. *et al.* Migração por sobrevivência: soluções brasileiras, *Remhu*, Ano XXIII, n. 44, jan/jun 2015, p. 221.

2. CARVALHAES, Cláudio. Um mundo sem muros. *Ribla*, 63, São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009, p. 17.

3. MARIANNO, Lília Dias. A lei e os “fora-da-lei”: os encontros e desencontros entre lei e migrantes no Antigo Israel, *Ribla*, 63, São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009, p. 54.

O relato de Gn 2,7-8 descreve que Deus, ao criar o ser humano, colocou-o no Jardim em Éden, ao oriente. A migração para o Jardim apresenta-se como condição para uma vida digna. Esta imagem constitui-se no grande paradigma das pessoas de todos os tempos e lugares. Elas migram em busca do “paraíso terrestre”, onde possam edificar solidamente a família, trabalhar, ter casa, comida, saúde, educação, alegria, dignidade, relações fraternas e amáveis, a “terra onde mana leite e mel” (Ex 3,8). Ao mesmo tempo, os relatos iniciais da Escritura revelam a complexa realidade do migrante. Uma vez “expulso do Jardim” (Gn 3,23-24), o ser humano assumiu a condição de migrante, tornando-se “errante fugitivo sobre a terra” (Gn 4,14), sem garantias de vida, pois exposto a muitos perigos.

As narrativas de Gn 11,27–12,20 apresentam Abraão e Sara como originários de Ur dos Caldeus, fazendo um longo percurso em três etapas: de Ur dos Caldeus a Harã (11,27-32), de Harã a Canaã (12,1-9) e de Canaã ao Egito (12,10-20). Trata-se da trajetória de milhares de famílias, representadas por esta, migrando fundamentalmente por causa da fome (Gn 12,10; 26,1; 41,50-57; 42,5; 43,1; 45,6; 47,4). O relato de Gn 47,13 reforça a tese de que a fome era o grande flagelo do povo: “Não havia pão em toda a terra, pois a fome tornara-se muito dura e a terra do Egito e a terra de Canaã desfaleciam de fome”. O livro de Rute também relata esta realidade: “No tempo em que os Juízes governavam, houve uma fome no país e um homem de Belém de Judá foi morar nos campos de Moab” (Rt 1,1).

O empenho cotidiano do pastoreio por sobrevivência, pastagem e água para os rebanhos constituía-se em outro motivo de muitas migrações. Esta necessidade os fazia estarem continuamente perambulando, enfrentando muitos perigos e conflitos com os donos das terras, sobretudo em disputas por água: “Houve uma disputa entre os pastores dos rebanhos de Abrão e os dos rebanhos de Ló [...]” (Gn 13,7). Outra passagem descreve: “Os servos de Isaac cavaram no vale e encontraram lá um poço de águas vivas. Mas os pastores de Gerara entraram em disputa com os pastores de Isaac, dizendo: ‘A água é nossa’” (Gn 26,19). Assim disseram os irmãos de José ao Faraó, ao terem chegado ao Egito: “Viemos habitar nesta terra porque não há mais pastagem para os rebanhos de teus servos: a fome, com efeito, assola a terra de Canaã” (Gn 47,4).

A escravidão dos hebreus no Egito foi o motivo de uma das mais conhecidas migrações relatadas pela Sagrada Escritura, o êxodo. No Egito, a vida era “dura” e “amarga”, por serem “duros” os trabalhos. Era desta forma que os egípcios oprimiam os hebreus (Ex 1,10-13). A saída do Egito foi a alternativa encontrada por um grupo de hebreus que, com consciência crítica e liderados por Moisés, fizeram uma caminhada de “quarenta anos”⁴, para reconstruir o tecido social, implementando relações novas em diversas dimensões. O livro do Êxodo revela

4. Em muitas citações da Sagrada Escritura aparece este dado: Ex 16,35; Nm 14,33-34; 32,13; Dt 2,7; 8,2,4; 29,4; Sl 95,10; Am 2,10; 5,25; At 7,36.42; 13,18; Hb 3,10.17.

passos significativos dados pelo grupo nesta caminhada: a experiência do Egito e as dificuldades enfrentadas no deserto os fizeram optar por uma economia fundamentada no princípio da partilha (Ex 16); decidiram descentralizar o poder (Ex 18); romperam com a idolatria, centrando a fé em Javé, o Deus Único, construindo relações sociais justas, voltadas para a defesa da vida (Ex 20). Depois de longa trajetória, atravessaram o Jordão e ingressaram na terra prometida, celebraram a Páscoa e passaram a comer dos produtos da terra (Js 3–5), conquistando uma autonomia há muito tempo desejada. O processo desenvolvido com o êxodo constituiu-se em caminho necessário para o desenvolvimento de alternativas de vida.

Em meio aos constantes conflitos, a busca de segurança e proteção nas “cidades de refúgio” era outro motivo de migrações de muitos israelitas. Este aspecto é citado no Antigo Testamento (Ex 21,13; Nm 35,9-35; Dt 19,1-13; Js 20,1-9; 1Rs 11,40) e também aparece no Novo Testamento. O Evangelho de Lucas relata que José e Maria, por serem originários da Judeia, por ocasião do recenseamento ordenado pelo imperador César Augusto a ser feito por cada um “na própria cidade” (Lc 2,1-4), subiram de Nazaré para a Judeia. Quando do nascimento de Jesus, por causa da perseguição de Herodes, refugiaram-se no Egito para salvar-lhe a vida (Mt 2,13-23) e depois foram morar novamente em Nazaré (Mt 2,22-23). Os textos fazem ver, com isto, que se constituíam numa família migrante.

Outro motivo de migrações eram as saídas forçadas, decorrentes de ordens político-militares, as deportações (2Rs 17,6; 24,10-17; 25,8-21; Jr 39,9-10; 52,28-30). No período veterotestamentário, Israel viveu fundamentalmente dois exílios. Um, sob o domínio assírio, em 722 a.C., e outro, sob o domínio babilônico, em 597 e 587 a.C. O exílio babilônico foi um dos acontecimentos mais marcantes da história de Israel, a ponto de ser considerado um marco divisor de águas. Suas consequências foram sentidas por todos os israelitas, pois rompeu não somente com as estruturas físicas, mas também político-econômico-religiosas e sociais. Com o exílio, um tempo da história de Israel findou e, como em toda catástrofe, quem mais sofreu foi a população, tanto a remanescente, que permaneceu em Judá, como a deportada para o cativeiro. Todos se tornaram migrantes, tanto os da diáspora como os remanescentes na própria terra. Compreender este acontecimento e suas implicâncias é nosso desafio.

2. A relação com os estrangeiros

Geograficamente, Israel situava-se entre duas grandes civilizações do mundo antigo, o Egito e a Mesopotâmia. Três rotas comerciais passavam por Israel, fazendo uma ligação entre elas: o caminho dos filisteus, passando por Gaza, Ascalon, Meguido; o caminho das caravanas ou dos reis, que passava por Eilat, Petra e seguia pela Transjordânia; e o caminho das montanhas, passando por Siquém, Betel, Jerusalém, Bersabeia. Este fator fazia com que Israel estivesse

sempre em contato com estrangeiros. Por isso, não é possível pensar Israel fora desta realidade.

Como a Bíblia trata os estrangeiros? Como eles eram considerados pela legislação israelita? O Antigo Testamento, segundo Milton Schwantes, “preocupa-se com muita frequência com a sentença justa para o socialmente debilitado”⁵. Dentre a grande massa de debilitados estavam o estrangeiro, o órfão e a viúva, constantemente citados, por serem três categorias necessitadas de solidariedade.

A relação de Israel com o estrangeiro fundamenta-se na compreensão de Deus construída ao longo da história. O Sl 146,7-9 revela que “Javé faz justiça aos oprimidos, dá pão aos famintos, liberta os prisioneiros. Javé abre os olhos dos cegos, endireita os encurvados, protege o estrangeiro, sustenta o órfão e a viúva”. Por isso, independentemente de sua nacionalidade, a legislação israelita tomava a defesa dos três grupos – do estrangeiro, do órfão e da viúva – indistintamente. Sobre isto, assim afirma a lei de Israel: “Haverá somente uma lei e um direito, tanto para vós como para o estrangeiro que habita no meio de vós” (Nm 15,16; Ex 12,49; Lv 24,22; Nm 9,14). Isto indica que a lei israelita defendia a igualdade de todos. Por terem sido criados “à imagem e semelhança de Deus” (Gn 1,26), todos eram portadores dos mesmos direitos e dos mesmos deveres. Por isso, os estrangeiros que fossem comprados deveriam ser também circuncidados, passando a fazer parte do povo da Aliança (Gn 17,12-13), podendo inclusive comer a Páscoa (Ex 12,44.48). E o que justifica Israel considerar o estrangeiro portador da mesma dignidade que a si próprio é o fato de ter sido “estrangeiro no Egito” (Ex 22,20). Portanto, a solidariedade israelita para com o estrangeiro tem como referência fundamental a memória das origens, de que um dia foram estrangeiros no Egito e libertos pelo Senhor. “As motivações que fundamentam o amor pelo *ger* (estrangeiro) não são de ordem sociológica ou política, mas teológicas: “Eu sou Javé vosso Deus” (Lv 19,34)⁶.

Em diversos aspectos, a lei de Israel garantia ao estrangeiro a mesma dignidade que ao israelita. Segundo Analita Candaten, no que diz respeito à dimensão econômica dos estrangeiros em Israel, o Deuteronômio apresenta “uma verdadeira rede de previdência social”, provendo-lhe a defesa de sua dignidade⁷. Por isso, o estrangeiro:

- Tinha o mesmo direito ao salário: “Não oprimirás um assalariado pobre, necessitado, seja ele um dos teus irmãos ou um estrangeiro que mora em tua terra, em tua cidade. Pagar-lhe-ás o salário a cada dia, antes que o sol se ponha, porque ele é pobre e disso depende a sua vida [...]” (Dt 24,14-15a).

5. SCHWANTES, Milton. *O direito dos pobres*. São Bernardo do Campo: Editeo; Oikos, 2013, p. 66.

6. CANDATEN, Analita. *Povo a caminho: uma espiritualidade que gera esperança*. 2. ed., Caxias do Sul: Lorigraf, 2007, p. 58.

7. *Idem, ibidem*.

- Tinha o mesmo direito à vestimenta: “Não perverterás o direito do estrangeiro e do órfão, nem tomarás como penhor a roupa da viúva” (Dt 24,17).

- Tinha o mesmo direito à integridade: “Não afligirás o estrangeiro nem o oprimido, pois vós mesmos fostes estrangeiros no Egito. Nem afligireis a nenhuma viúva ou órfão” (Ex 22,20-21).

- Tinha o mesmo direito à alimentação: “A cada três anos tomarás o dízimo da tua colheita no terceiro ano e o colocarás em tuas portas. Virá então o levita, pois ele não tem parte nem herança contigo, o estrangeiro, o órfão e a viúva que vivem nas tuas cidades e eles comerão e se saciarão [...]” (Dt 14,28-29).

- Tinha o mesmo direito à respiga, para a sustentação: “Quando estiveres ceifando a colheita em teu campo e esqueceres um feixe, não voltes para pegá-lo: ele é do estrangeiro, do órfão e da viúva [...]. Quando sacudires os frutos da tua oliveira, não repasses os ramos: o resto será do estrangeiro, do órfão e da viúva. Quando vindimares a tua vinha, não voltes a rebuscá-la: o resto será do estrangeiro, do órfão e da viúva” (Dt 24,19-21); “Quando segardes a messe na vossa terra, não segarás até o limite extremo do teu campo e não respigarás a tua messe. Deixarás isso para o pobre e para o estrangeiro. Eu sou Javé vosso Deus” (Lv 19,9-10; 23,22).

- Tinha o mesmo direito à integridade física e ser respeitado: “Se um estrangeiro habita convosco, na vossa terra, não o molestareis. O estrangeiro que habita convosco será para vós como um compatriota e tu o amarás como a ti mesmo, pois fostes estrangeiros na terra do Egito” (Lv 19,33-34).

- Tinha o mesmo direito ao descanso sabático: “Durante seis dias farás os teus trabalhos e no sétimo descansarás, para que descanse o teu boi e o teu jumento e tome alento o filho da tua serva e o estrangeiro” (Ex 23,12).

- Tinha o mesmo direito de refúgio: “Tanto para os filhos de Israel como para o estrangeiro e para aquele que mora no meio de vós, essas seis cidades servirão de refúgio...” (Nm 35,15).

A legislação israelita apresenta-se, portanto, como uma palavra em defesa do estrangeiro. A razão fundamental desta postura era porque Israel fora estrangeiro no Egito. Porém, esta atenção respeitosa e acolhedora de Israel para com os estrangeiros, aos poucos, foi mudando. À medida que as reformas de Ezequias (716-687 a.C.; 2Rs 18) e de Josias (640-609 a.C.; 2Rs 22-23) foram sendo implementadas, acentuou-se o processo de centralização da vida religiosa israelita em Jerusalém, no Templo, iniciando-se, em contrapartida, uma espécie de “rancor com as coisas de fora” de Israel⁸. De um clima de valorização e defesa da pessoa dos estrangeiros, passou-se gradativamente a um processo de rejeição dos mesmos. O exílio babilônico constituiu-se num acontecimento decisivo neste processo.

8. MARIANNO, 2009, p. 55.

3. Os acontecimentos do exílio

As principais narrativas que tratam das deportações babilônicas estão em 2Rs 24–25 e na profecia de Jeremias (Jr 39; 52)⁹. Ao longo da Escritura, há outras referências a estes acontecimentos. Os textos citados são deuteronomistas e conforme os relatos do segundo livro de Reis foram duas as deportações.

A primeira deportação

A primeira ocorreu em 597 a.C. Nesta deportação foram levadas cativas diversas categorias de pessoas e as principais lideranças de Jerusalém. O relato de 2Rs 24,10-17 menciona o rei Joaquim, sua mãe, suas mulheres, seus eunucos, dignitários e notáveis, ferreiros e artífices, os nobres da terra e todos os valentes, capazes de empunhar armas. Além disto, destaca que o exército babilônico “só deixou a população mais pobre da terra” (2Rs 24,14). A narrativa faz ver que foram deportadas praticamente todas as pessoas que tinham responsabilidades na condução da sociedade jerusalemita e judaíta.

Quantos teriam sido levados para o exílio? O relato deuteronomista cita alguns números: primeiramente fala de uma leva de dez mil, depois mais sete mil e mais mil exilados (2Rs 24,14-16). Tais números estariam correspondendo ao que realmente ocorreu? É um tanto difícil saber. Milton Schwantes e Ralph W. Klein falam em “10 mil desterrados” nesta deportação¹⁰. O texto deixa a entender que os deportados teriam sido aqueles que, para o Império Babilônico, poderiam estabelecer alguma resistência. Nos dias de hoje, as razões das migrações são múltiplas.

A segunda deportação

A segunda deportação ocorreu dez anos após, em 587 a.C., ainda no reinado de Nabucodonosor. O texto de 2Rs 25,8-21 relata a deportação do “resto da população que tinha ficado na cidade”, de diversos chefes, guardas, sacerdotes, secretários e homens do povo. O relato da profecia de Jeremias descreve que “Nabuzardã, comandante da guarda, deportou para a Babilônia o resto da população deixada na cidade, os fugitivos que tinham se entregado e o resto dos artesãos” (Jr 39,9). Só permaneceu parte do povo pobre: “Do povo pobre da terra, o comandante da guarda deixou uma parte, como viticultores e agricultores” (2Rs 25,12). Nabuzardã “deixou no território de Judá aqueles dentre o povo que eram pobres e não possuíam nada e, naqueles dias, distribuiu-lhes vinhas e campos” (Jr 39,10).

9. Antes do exílio babilônico, a obra de Reis relata o exílio assírio, ocorrido em 722/721 a.C. (2Rs 17,5-6).

10. SCHWANTES, Milton. *Sufrimento e esperança no exílio: história e teologia do povo de Deus no século VI a.C.* 2. ed., São Leopoldo: Oikos, 200, p. 23; KLEIN, Ralph W. *Israel no exílio: uma interpretação teológica.* São Paulo: Paulinas, 1990, p. 11.

O diferencial em relação à primeira deportação é que na segunda invasão o exército babilônico destruiu todas as instituições dos israelitas: a cidade e suas muralhas, o Templo, o palácio e todas as casas de Jerusalém, além de saquear e levar inúmeros utensílios de uso diário no culto do Templo.

O relato de Jr 52,28-30 menciona três deportações e o número de pessoas deportadas é menor que o apresentado pelo segundo livro de Reis. Uma terceira deportação teria acontecido em 582 a.C.¹¹ O texto de Jeremias diz: “Este foi o povo que Nabucodonosor deportou. No sétimo ano, três mil e vinte e três judeus; no décimo oitavo ano de Nabucodonosor, oitocentos e trinta e duas pessoas; no vigésimo terceiro ano de Nabucodonosor, Nabusardã, chefe da guarda, deportou setecentos e quarenta e cinco judeus. Ao todo: quatro mil e seiscentas pessoas”.

4. O significado do exílio

Como apresentam os relatos, com as deportações parte da população de Judá e, sobretudo, de Jerusalém foi exilada. Que significado tiveram estes acontecimentos para os que foram deportados e para os que permaneceram na própria terra/cidade? Considerando importante resgatar os acontecimentos do exílio, entendemos que mais relevante ainda seja compreender seu significado para Israel.

Analisando-se as estratégias de domínio dos impérios assírio (740-609 a.C.) e babilônico (605-538 a.C.) constatam-se aspectos muito parecidos: exigência de tributos, invasão do território, cerco à capital, destruição das principais estruturas de segurança, como as muralhas das cidades, e de governo, como o palácio do rei e os santuários, a deportação das principais lideranças e pessoas influentes e o extermínio de muitos. Com esta forma de dominação, a intenção fundamental destes impérios era romper toda e qualquer força de resistência, procurando destruir a identidade nacional do povo. Isto fazia com que fossem levados para o cativeiro “especialmente aqueles que tinham maior influência sobre o povo e que resistiam mais à opressão estrangeira”¹². Por isso, os exílios significaram dominação tanto para os deportados quanto para os remanescentes.

Os remanescentes

Em que condições ficaram os remanescentes? Os relatos bíblicos afirmam que permaneceram os mais pobres (2Rs 24,14; 25,12; Jr 39,10). As narrativas fazem ver que a grande maioria dos seus líderes foi levada para o cativeiro. Por um lado, podemos pensar que ficaram sem governo. Por outro, foram deportados os donos das terras e aos que ficaram, os que “não possuíam nada”, foram-lhes

11. KLEIN, *op. cit.* p. 11.

12. BOHN GASS, Ildo. *Exílio babilônico e domínio persa*. São Leopoldo: Cebi e São Paulo: Paulus, 2004, p. 12.

“distribuídos vinhas e campos” (Jr 39,10). Para estes, “o exílio acabou sendo uma volta ao modelo tribal: sem Jerusalém, sem templo, sem rei e sem sacerdotes”¹³. Ou, como diz Kessler, o período da dominação babilônica sobre Judá “é um tempo em que aqueles que durante a monarquia concentraram muitas propriedades agora as perdem parcial ou totalmente. Estas terras são apropriadas por aqueles que em outros tempos as perderam para os poderosos [...]”¹⁴. Por isso é possível que muitos tenham recebido terras para trabalhar e conseguiram, a partir deste momento, produzir seu próprio alimento e seu sustento.

Ao mesmo tempo, o livro das Lamentações, escrito pouco depois da destruição de Jerusalém, apresenta uma dura realidade dos remanescentes. O texto, escrito na ótica da teologia da retribuição¹⁵, diz que a cidade populosa tornou-se solitária, viúva, submetida a trabalhos forçados (Lm 1,1) e à dura servidão (Lm 1,3). Miséria, aflição, gemidos, dor, ruínas, destruição são palavras que expressam a realidade de Judá, descrita por Lamentações. Lembrando a destruição deixada pelo dilúvio, o autor diz: “As águas submergiram minha cabeça e eu dizia: Estou perdido!” (Lm 3,54). Trata-se de um contexto caótico, marcado pela miséria, fome e destruição (Lm 2,11-12). Segundo Milton Schwantes, “na descrição da dor, o sofrimento humano ocupa largo espaço. Os velhos estão abandonados nas ruas desertas. As mulheres são viúvas abandonadas. As crianças gemem de fome. Foragidos são impiedosamente perseguidos, caçados. A vida está permeada de morte”¹⁶.

Os deportados

Normalmente, quando se fala em exílio pensa-se em quem foi deportado para outro lugar e, de preferência, para longe. O exílio perpassou também a história brasileira. Mais recentemente muitas pessoas foram exiladas por se insurgirem contra as políticas vigentes da ditadura militar. Umas, depois, puderam retornar, outras não tiveram essa possibilidade. Neste espaço queremos identificar melhor alguns aspectos em relação aos israelitas deportados para a Babilônia.

Quem foi exilado?

Quem eram as pessoas que foram deportadas? Em que condições viviam em Judá ou, mais precisamente, em Jerusalém? Os relatos indicam que, em sua

13. MARIANNO, Lília D. Bebês esmagados contra as pedras: santidade intolerante no imaginário do expatriado (SI 137), *Estudos bíblicos*, v. 28, n. 109, Petrópolis: Vozes, 2011, p. 43.

14. KESSLER, Rainer. *História social do antigo Israel*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 160.

15. A *teologia da retribuição* prescrevia que quem observasse a Lei seria retribuído por Deus, com bênçãos (Lv 26,3-13; Dt 28,1-14), e quem não a observasse ou a transgredisse seria castigado, com maldições (Lv 26,14-46; Dt 28,15-46).

16. SCHWANTES, Milton, *op. cit.*, p. 58.

grande maioria, os exilados constituíam-se de gente urbana, provenientes da capital, Jerusalém¹⁷, muitos deles detentores do poder político, administrativo, militar e religioso, além de profissionais em áreas específicas e também pessoas do meio popular.

Analisando-se a estruturação social da sociedade jersalemita, a grande maioria das pessoas deportadas pertencia ao topo da pirâmide social. Sendo exiladas, tais pessoas perderam a base estrutural que as servia. Neste sentido, o exílio significou não apenas a *saída* de um lugar geográfico (Jerusalém) para outro (Babilônia) e arredores. Acima de tudo, o exílio foi um *descer* da pirâmide social. Na deportação, passaram a viver sem privilégios, como a população em geral da Babilônia. Isto era o que mais doía para os deportados. A estrutura político-econômica e religiosa de Jerusalém não mais lhes garantia os benefícios de que usufruíam e nem o *status* social que tinham.

O Sl 137 informa outro aspecto. Inicia dizendo: “À beira dos canais de Babilônia nos sentamos e choramos com saudades de Sião; nos salgueiros que ali estavam penduramos nossas harpas” (v. 1-2). Quem eram estes que lamentavam profundamente a expulsão de Jerusalém e tinham saudades de Sião? Por serem portadores de instrumentos musicais, “harpas”, o texto faz pensar em pessoas ligadas ao templo de Jerusalém e ao seu culto, possivelmente sacerdotes, levitas e cantores. A favor desta possibilidade, o livro de Ezequiel menciona a presença do “sacerdote Ezequiel” (Ez 1,3) entre os exilados e Esdras e Neemias, ao listar os que retornaram do cativeiro, mencionam a presença de “sacerdotes” (Esd 2,36-39; Ne 7,39-42), “levitas” (Esd 2,40; Ne 7,43) e “cantores” (Esd 2,41; Ne 7,44), além de outros. Por isso, por terem perdido o respaldo que a estrutura político-religiosa lhes concedia, eles tinham “saudades” daquilo que não existia mais. Pela mesma razão, também diziam: “Se eu me esquecer de ti, Jerusalém, que me seque a mão direita! Que me cole a língua ao paladar, caso eu não me lembre de ti, caso eu não eleve Jerusalém ao topo de minha alegria!” (v. 5-6). Um grande “abismo” (Gn 1,2) se estabeleceu entre o que eram em Jerusalém e o que passaram a ser na deportação. O exílio desestruturou o *status quo* do grupo mais abastado e provocou uma grande crise. Talvez aqui se entenda melhor o Magnificat, quando Maria, resgatando as maravilhas de Deus na história, cantou: “Depôs poderosos de seus tronos...” (Lc 1,52).

Para onde foram levados?

A primeira informação, de caráter genérico, sem especificações mais precisas, é a Babilônia (2Rs 24,15-16; 25,13; Sl 137,1; Jr 39,7.9). Este foi o destino

17. Possivelmente, muitos exilados tenham sido pessoas de aldeias interioranas, pois os livros de Esdras e de Neemias afirmam que os que retornaram do exílio “voltaram para Jerusalém e para Judá, cada um para a sua cidade” (Esd 2,1; Ne 7,6.72).

da grande maioria dos israelitas exilados. A frase conclusiva da segunda deportação diz que “Judá foi exilado para longe de sua terra” (2Rs 25,21b). Babilônia, geograficamente, situava-se bem longe de Judá. Deportar alguém para tão longe assim significa arrancá-lo de sua identidade geográfica, familiar e cultural. É deixá-lo só. É fazê-lo perder as referências e inseri-lo em outro mundo, totalmente diferente, implicando, para ele, começar tudo novamente. Estando em outro contexto, totalmente novo, implica em reaprender a viver: um novo idioma e maneira de pensar; novas leis e normas de conduta; novos hábitos alimentares e de convivência; novas tradições e outros.

Por ocasião do cerco do exército babilônico a Jerusalém, um grupo expressivo de pessoas influentes de Judá tentou fugir. Porém, tendo sido capturadas pelo exército, tais pessoas foram levadas para Rebla, na terra de Emat. Lá, a mando de Nabucodonosor, sem direito a defesa, foram brutalmente assassinadas (2Rs 25,18-21a; Jr 39,4-6). E, desta forma, certamente aconteceu a muitas outras pessoas. O texto bíblico não apresenta tais números.

O livro de Ezequiel apresenta outras informações. Para ele, os exilados da primeira deportação (597 a.C.) foram levados para a “terra dos caldeus, junto ao rio Cobar”, em Tel Abib (Ez 1,1.3; 3,15). Trata-se de um “afluente do Eufrates ou canal próximo ao Nipur” e ali viviam “provavelmente, como colonos”¹⁸. Na sequência, os relatos de Ez 3,22-23 e 8,4 mencionam que Ezequiel esteve num “vale”: “Levanta-te, vai para o vale e ali falarei contigo. Levantei-me e saí para o vale e eis que ali estava a Glória de Javé semelhante à Glória que eu vira junto ao rio Cobar”. Este “vale” é apresentado como outro lugar onde deportados haviam sido estabelecidos. O relato de Ez 37,1-14 complementa esta informação, descrevendo, em linguagem simbólica, que este vale “estava cheio de ossos” (37,1). E diz mais: “Os ossos eram abundantes na superfície do vale e estavam muito secos” (37,2b). O texto reforça a tese de que os deportados eram muitos e viviam em situação precária. Porém, os textos não dão especificações maiores a respeito da localização geográfica do respectivo vale. O Sl 137,1 diz ainda que estavam sentados “à beira dos canais de Babilônia”, sem outros detalhes.

Os livros de Esdras e Neemias, ao mencionar alguns grupos que retornaram a Judá, descrevem que eram procedentes de Tel-Mela, Tel-Harsa, Querub, Adon e Emer (Esd 2,59; Ne 7,61). Possivelmente sejam locais onde foram deixados alguns grupos, sem estarem mencionados em outros textos, ou para os quais migraram posteriormente. Por terem retornado a Judá, certamente não viviam em boas condições.

Uma observação final reporta-nos ao livro do Gênesis que, ao reconstruir a história de Abraão e Sara, apresenta-os como originários de Ur dos Caldeus

18. MÍGUEZ, Julio L. Ezequiel, in OPORTO, Santiago G.; GARCÍA, Miguel S. (Eds.). *Comentário ao Antigo Testamento*, v. 2. São Paulo: Ave-Maria, 2002, p. 187.

(Gn 11,31), portanto da Babilônia. Os deportados estariam exilados nas terras que nos remetem às origens de Israel, locais de onde partiram Abraão e Sara? Que significado teria isto para eles? A teologia dos textos referentes às famílias patriarcais (Gn 12–36) teria alguma relevância para os que deixaram Jerusalém, com todo o significado que lhe era atribuído?

Como era a vida na deportação?

Na deportação, *como* viviam os exilados? Segundo Milton Schwantes, o grupo maior permaneceu agrupado, vivendo junto, num mesmo lugar. Isso foi muito importante para a sobrevivência deles. “Por estarem agrupados, puderam continuar a preservar sua língua, seus ritos, seus costumes, sua religião. Mantiveram, pois, sua *identidade* de deportados de origem comum. Continuaram a crer em Javé”¹⁹.

Rainer Kessler informa, também, que os deportados dispunham de alguma organização própria, podendo se reunir nos locais onde habitavam. Os anciãos eram “seus representantes, sendo designados como ‘anciãos de Judá’ (Ez 8,1), ‘anciãos de Israel’ (Ez 14,1; 20,1.3) ou também de ‘anciãos da deportação’ (Jr 29,1)”²⁰.

Conforme os relatos que apontam a permanência deles “junto ao rio Cobar” e/ou num “vale”, possivelmente a sobrevivência se dava pelo trabalho agrícola. Sobre a apropriação ou apenas o uso da terra, “provavelmente eles tinham o *status* de arrendatários (mais) do que de proprietários livres. A ‘herança’ como fundamento do sistema de parentesco deixa de existir”, pois, nos assentamentos dos exilados, existiam “membros de diferentes famílias”²¹. Naquela condição, os judaitas tiveram que conviver com outras pessoas, também deportadas, desafiando-se a se integrarem com outros povos.

Na Babilônia, a situação dos deportados variava. Muitos eram pobres, podendo ser considerados escravos. Milton Schwantes diz que “em um sentido mais amplo, os exilados são escravos”, pois viviam “como se fossem presos”. Neste sentido, seriam escravos. Porém, não podem ser equiparados aos escravos modernos, pois tinham liberdade para plantar “produtos para a subsistência”, visto que os babilônicos “não intervinham no nível da produção”, apenas definiam “quotas e tributos”²².

19. SCHWANTES, *op. cit.*, p. 24.

20. KESSLER, *op. cit.*, p. 162.

21. KESSLER. *Idem, ibidem*, p. 164.

22. SCHWANTES, *op. cit.*, p. 24-25.

Por sua vez, o que chama a atenção, no livro de Esdras, é que, diante da possibilidade de retorno, a partir de 538 a.C., aberta por Ciro²³, rei da Pérsia (Esd 1,3), poucos retornaram. Isto se deve ao fato de que muitos “estavam economicamente bem integrados e de modo algum constituíam um grupo da camada pobre”. Flávio Josefo diz que muitos “permaneceram na Babilônia, porque não queriam abandonar as suas posses”²⁴.

Segundo Lília D. Marianno, grande parte dos judaítas deportados estavam estreitamente ligados à observância religiosa e atrelados ao templo de Jerusalém. Ao se depararem com a cultura religiosa mesopotâmica e, sobretudo, com certas práticas rituais orgiásticas, realizadas em honra à deusa Ishtar, provocadoras de doenças sexualmente transmissíveis, com sérias consequências para a saúde das pessoas, começaram a “estabelecer princípios muito rígidos de higiene, casamento, circuncisão e prevenções contra lepra e quaisquer doenças que se manifestassem na pele”. Diante disso, “era natural que o casamento com mulheres estrangeiras não fosse aprovado”²⁵. Assim, certas normas foram sendo estabelecidas, restringindo ou impedindo a relação com os estrangeiros, abertos a tais práticas. Possivelmente este tenha sido um dos motivos que levou Esdras a proclamar o rompimento dos casamentos mistos (Esd 9–10; Ne 13,23-31; Ml 2,10-16).

5. Consequências do exílio

A invasão imperialista babilônica sobre Israel/Judá e Jerusalém foi devastadora. Como diz o livro do Gênesis, foi como um dilúvio, que fez morrer “tudo o que tinha um sopro de vida” (Gn 7,22a). Por onde passou, o exército babilônico destruiu todas as instituições que garantiam o funcionamento da vida político-econômica, religiosa e social de Israel. O livro das Lamentações descreve que “Judá foi desterrada, humilhada, submetida à dura servidão; hoje habita entre as nações” (Lm 1,3a). O estado monárquico foi desmantelado. Israel deixou de ser uma nação independente e autônoma. Foi um rompimento com o passado.

Devido aos inúmeros problemas políticos, socioeconômicos e teológicos provocados, o exílio desencadeou uma profunda crise. O texto de Gn 1,1–2,4a foi escrito neste contexto, com o objetivo de fortalecê-los em meio ao caos em que se encontravam. O relato, elaborado no esquema literário da semana, foi portador de luz àqueles que, exilados, não conseguiam ver saídas. Por isso, diante do novo contexto, os israelitas tiveram que reelaborar seus principais conceitos e repensar muitas de suas práticas religiosas e sociais. Num contexto de mudanças, como foi o exílio babilônico para a tradição de Israel, eles não podiam mais continuar

23. Por causa desta possibilidade, Isaías o chama de “Meu Pastor” (Is 44,28) e “ungido” de Javé (Is 45,1).

24. Josefo, apud, KESSLER, *op. cit.*, p. 205-206.

25. MARIANNO, 2011, p. 50.

com a mesma forma de pensar e de agir como antes do exílio. Os principais referenciais que lhes davam identidade tinham sido destruídos. E o exílio provocou, neste sentido, a busca de novos referenciais.

O templo de Jerusalém era compreendido como morada de Javé para sempre (1Rs 8,10-13), como o lugar de repouso (Sl 132,13-14) que Ele, Javé, escolhera (Dt 12,2-28). Desde sua construção, era o centro da vida religiosa israelita. A sua destruição gerou uma profunda crise de fé e a teologia da retribuição impregnou neles um forte sentimento de culpa. Diziam: “Jerusalém pecou gravemente” (Lm 1,8a); “Javé a castigou por seus numerosos crimes” (Lm 1,5). Este sentimento tomou conta de todos os israelitas.

Isto os desafiou a repensar o conceito que tinham de Deus e a refazer as práticas culturais que decorriam de tal compreensão. O resgate das tradições patriarcais ajudou-os a perceber que Deus não poderia estar preso a um único local de culto, como defendiam quando estavam em Jerusalém e ligados ao Templo: “buscá-lo-eis somente no lugar que Javé vosso Deus houver escolhido” (Dt 12,4). Esta compreensão havia se cristalizado e se tornado um dogma de fé inquestionável. Com a destruição do templo e estando na diáspora, passaram a entender que Deus estava com o povo, migrando com ele, como ocorria outrora com Abraão e Sara.

Na Babilônia, os deportados criaram, então, a sinagoga, em substituição ao Templo, como novo espaço de encontro da comunidade. A sinagoga passou a ser o novo lugar de oração, tendo por eixo central a Palavra. O Templo estava centrado no sacrifício. A Palavra ajudava o povo a se refazer e a manter a sua identidade: “Porei em vós o meu espírito e vivereis” (Ez 37,6). A Palavra gerava vida nova entre os exilados: “Dar-vos-ei um coração novo, porei no vosso íntimo um espírito novo, tirarei do vosso peito o coração de pedra e vos darei um coração de carne” (Ez 36,26). Desta forma, a sinagoga propunha a teologia da Palavra e não a do sacrifício. A Palavra passou a ter prioridade e a ser mais valorizada.

Neste contexto, uma das questões fundamentais para os deportados era manter a identidade de povo de Deus, construída ao longo de séculos. O exílio provocou, por isso, a recuperação e o fortalecimento de duas importantes tradições israelitas antigas, a observância do sábado (Gn 2,1-3; Ex 20,8-11; 23,12; 31,15; 34,21; Dt 5,12-15) e a prática da circuncisão (Gn 17,1-27). Tais prescrições, por um lado, faziam parte da tradição israelita desde tempos remotos; por outro, tornaram-se a marca israelita entre todos os povos, assumida como um dever de fé.

A partir do exílio, Israel passou a ter “dupla existência”. Embora seu território tenha sido dominado por impérios estrangeiros, os israelitas ali residentes sempre se entenderam povo de Deus, e diziam: “Eu sou um estrangeiro na terra” (Sl 119,19). Ao mesmo tempo, a diáspora passou a ser outra realidade concreta deste povo. Por isso, por um lado, Israel tornou-se estrangeiro tanto fora como em sua própria terra, pois a mesma não era mais propriedade sua. Constituiu-se em uma nação cultural, pois estavam presentes em muitas nações.

Por outro lado, o pós-exílio caracterizou-se como um período de fechamento de Israel em sua própria Lei. A compreensão de que eram “um povo consagrado a Javé” (Dt 6,6; 14,2) foi separando-os dos outros povos, considerados impuros e com os quais deviam evitar relações (Dt 7,3-4; Esd 9,12; 10,10-11). A observância de alguns aspectos da Lei, como a circuncisão, o sábado, algumas prescrições alimentares e a não aceitação de casamentos mistos, foi rompendo o relacionamento com os estrangeiros. Neste sentido, o livro de Neemias deixa muito clara a postura israelita pós-exílica: “Logo que ouvimos a leitura da Lei, foi excluído de Israel todo elemento estrangeiro” (Ne 13,3). Ao mesmo tempo, com a emergência do helenismo, no pós-exílio, a Lei tornou-se um muro cultural, através da qual Israel pensava poder precaver-se de novos problemas. Assim, em vez de ser “luz para as nações” e levar “a salvação” de Deus a “todos os povos” (Is 42,6; 49,6), por razões diversas, Israel foi se fechando em si mesmo e abandonando a missão fundamental pela qual Deus o havia chamado desde suas origens.

Considerações finais

O estudo feito faz ver que a realidade das migrações e deportações constitui um tema complexo e vital. Elas têm causas concretas, estruturais e conjunturais. A Sagrada Escritura mostra que assim era desde tempos remotos. Não foi diferente com nossos antepassados, vindos da Europa ou de outros lugares, no final do século XIX e início do XX. O mesmo ocorre atualmente com os imigrantes provenientes do Haiti ou de países da África, que vêm ao Brasil. O motivo para as migrações era e continua sendo parecido: “A migração, ontem como hoje, tem uma importante conotação de classe: quem migra – ou é feito migrar – é quase sempre o pobre, o fraco”²⁶.

A luta dos migrantes é por uma vida mais digna. Para a Sagrada Escritura, toda pessoa humana tem direito à vida e à dignidade. Por isso, mostra que os estrangeiros têm os mesmos direitos dos autóctones, a ponto de afirmar em relação ao estrangeiro: “tu o amarás como a ti mesmo, pois fostes estrangeiros na terra do Egito” (Lv 19,34).

O exílio significou uma ruptura radical na vida de cada deportado e na história israelita. O povo foi arrancado de Jerusalém/Judá pelo exército babilônico e forçado a migrar, ficando completamente desprotegido. Foi uma dura experiência. Hoje, os mecanismos que pressionam a migrar talvez sejam diferentes, mas a dureza da vida para quem tem que migrar é muito grande. A permanência em grupos, a manutenção das tradições culturais, religiosas e sociais e a força da Palavra de Deus é o que dá força aos migrantes.

26. GALLAZZI, Sandro. Meu pai foi um arameu migrante. *Ribla*, 63, São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009, p. 32.

Os relatos bíblicos não dão nenhuma informação a respeito da acolhida dos israelitas exilados em terra estrangeira. Certamente, não foram bem recebidos. Hoje, também. O princípio misericórdia nos desafia a nos colocarmos no lugar do migrante e a criar projetos e práticas acolhedoras e solidárias.

Jair Carlesso
Rua Santa Terezinha, 183
99051-350 Passo Fundo, RS

Bibliografia

- BOHN GASS, Ildo. *Exílio babilônico e domínio persa*. São Leopoldo: Cebi e São Paulo: Paulus, 2004 (Uma Introdução à Bíblia 5).
- CANDATEN, Analita. *Povo a caminho: uma espiritualidade que gera esperança*. 2. ed., Caxias do Sul: Lorigraf, 2007.
- CARVALHAES, Cláudio. Um mundo sem muros. *Ribla*, 63, São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, p. 13-24, 2009.
- CORRÊA, Mariana A.S. *et al.* Migração por sobrevivência: soluções brasileiras, *Remhu*, Ano XXIII, n. 44, p. 221-236, jan/jun 2015.
- GALLAZZI, Sandro. Meu pai foi um arameu migrante. *Ribla*, 63, São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, p. 25-36, 2009.
- KESSLER, Rainer. *História social do antigo Israel*. Tradução de Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 2009. (Cultura bíblica, 4).
- KLEIN, Ralph W. *Israel no exílio: uma interpretação teológica*. São Paulo: Paulinas, 1990 (Coleção Temas Bíblicos).
- MARIANNO, Lília Dias. Bebês esmagados contra as pedras: santidade intolerante no imaginário do expatriado (Sl 137), *Estudos bíblicos*, v. 28, n. 109, p. 43-52, 2011.
- _____. A lei e os “fora-da-lei”: os encontros e desencontros entre lei e migrantes no Antigo Israel, *Ribla*, 63, São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, p. 53-62, 2009.
- MÍGUEZ, Julio L. Ezequiel, in OPORTO, Santiago G.; GARCÍA, Miguel S. (Com. Edit.). *Comentário ao Antigo Testamento*, v. 2. São Paulo: Ave-Maria, p. 179-236, 2002.
- SCHWANTES, Milton. *O direito dos pobres*. São Bernardo do Campo: Editeo; Oikos, 2013 (Série Teses).
- _____. *Sofrimento e esperança no exílio: história e teologia do povo de Deus no século VI a.C.* 2. ed., São Leopoldo: Oikos, 2007.